

# *A questão da verdade e sua aplicação no jornalismo*

*Paulo Henrique Andrade*

Quando Raul Seixas gravou *Cowboy fora-da-lei*, em 1987, a idéia de que a imprensa produz ou pode produzir mentiras ainda era vista de forma alternativa no imaginário popular. “Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz”, dizia um trecho da música. Nos últimos anos, porém, com a popularização de formas alternativas de comunicação, em especial da internet, há sinais de um crescente descrédito da população na veracidade das notícias apresentadas pelos grandes meios de comunicação.

Não havia, afinal, armas de destruição em massa no Iraque, apesar de tudo o que foi dito pelo governo norte-americano como justificativa para a invasão. Era tudo mentira, e a imprensa não questionou este ponto, aceitando passivamente a versão oficial. Para o jornalista francês Ignácio Ramonet, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e da ONG *Media Watch International*, estamos numa era que chama de “insegurança informativa”. Ele explica que: “A imprensa e seus profissionais, grandes lutadores da democracia em momentos de repressão e ditadura, passaram a ser eles próprios os grandes violadores desta democracia, em nome da mercantilização e ‘mercenarização’ da informação”.<sup>1</sup>

A antiga liberdade do jornalista de resguardar o anonimato de sua fonte, um dos pilares da democracia e da luta contra a ditadura, pode estar sendo virada ao avesso, com casos como o do repórter Jason Blair, que confessadamente inventou notícias para o jornal New York Times, que foram publicadas. Em paralelo, novas formas para a verificabilidade direta da informação são desenvolvidas pelo próprio público – as fontes fornecidas pelo leitor-editor na Wikipédia, por exemplo, podem ser checadas diretamente com o produtor da informação, e há ainda os blogs, os fóruns de discussão, as listas de e-mail, tudo isso em tempo real, sem a mediação ou a filtragem da imprensa.

Como saber então se o que diz o jornal é verdade? E afinal, o que é a verdade?

Indagamos, como ponto de partida, as seguintes questões: a) até que ponto as notícias refletem a verdade em relação aos fatos noticiados?; b) De que forma fatores externos podem alterar a verdade dos fatos noticiados?

## **Os diferentes conceitos de verdade**

O primeiro passo para compreender como a notícia se relaciona com a idéia de verdade, é investigar o que significa, exatamente, esta palavra.

Ao longo da história e em diferentes campos do conhecimento, diversos conceitos de “verdade” se desenvolveram. Nos campos da filosofia, do direito, da religião, das ciências naturais, da matemática, da psicologia, enfim, foram surgindo noções afeitas à questão da verdade.

Na filosofia, a concepção mais antiga e conhecida é a de verdade como “correspondência”. Platão define o que seria o discurso verdadeiro na obra *Cratilo*, parágrafo 385b: “Verdadeiro é o discurso que diz como as coisas são; falso é o que diz como elas não são”.<sup>2 3</sup> Aristóteles enunciou que a verdade estaria no pensamento ou na linguagem, e não no ser ou na coisa. Em acréscimo, estabeleceu o conceito de “medida da verdade”, expresso pela verificação da verdade, e que “estaria presente no ser, na ação, e não no pensamento ou no discurso produzidos sobre eles”.<sup>4</sup>

No idioma latino, a palavra *veritas*, ou verdade, veracidade, se referia à verdade histórica, a um tempo que precede o momento de sua enunciação, e se subordinava à possibilidade de uma verificação da história vivida, do fato relatado. Os idealistas vêem a verdade em função da coerência do enunciado, isto é, se há concordância do pensamento consigo mesmo, ou ausência de contradição. Para Heidegger, as verdades – no plural – são respostas que o homem dá ao mundo. Para Michel Foucault, o significado de verdade expressaria a visão de certa época, cada qual com sua verdade e seu discurso. E finalmente, para Nietzsche, não existe uma verdade real, e o que devemos buscar é uma verdade utilitária, que se subordina de forma pragmática ao que fazemos com ela.<sup>5</sup>

Iluska Coutinho, jornalista e professora de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), assim resumiu as definições de verdade:

O conceito de verdade estaria ligado a cinco variáveis ou pressupostos que condicionam as relações intrínsecas à sua própria compreensão. Assim, a verdade pode ser vista como: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3) conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência; e 5) utilidade ou propriedade física.

Além da filosofia, também em outras áreas do conhecimento, há parâmetros na busca da verdade. Na Bíblia cristã, segundo o Evangelho de São João, Jesus teria dito: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo:14,6)<sup>6</sup>; e ainda “Vocês conhecerão a Verdade, e a Verdade vos libertará” (Jo:8,32).<sup>7</sup>

Na área do direito, a verdade num processo judicial costuma ser descrita como aquela que provém da prova dos autos e está associada ao convencimento do juiz ou dos jurados. Na maioria dos países, quem mente deliberadamente em Juízo comete o crime de perjúrio ou falso testemunho<sup>8</sup>, inclusive no Brasil (art. 342 do Código Penal)<sup>9</sup>.

Na área das ciências naturais, a chamada verdade científica mostra o conhecimento científico majoritário sobre certo assunto em certa época, e está em constante mutação diante da evolução da ciência,

com novas descobertas, teorias ou mudanças de paradigmas. O *dicionário céptico* (*The Skeptic's Dictionary*), de Robert Todd Carroll, entretanto, afirma que não existe verdade científica.<sup>10</sup> Carroll afirma que: “A ciência não assume saber a verdade sobre o mundo empírico *a priori*. Ela assume que deve descobrir seu conhecimento. Aqueles que afirmam saber a verdade empírica *a priori* não podem estar falando sobre conhecimento científico”.

Segundo o dicionário, na busca da verdade devemos evitar o uso do pensamento seletivo<sup>11</sup>, pelo qual selecionamos os dados favoráveis a uma hipótese, e descartamos os desfavoráveis, assim como devemos tentar controlar nossa tendência e predisposição em desviar os fatos para confirmar as nossas próprias crenças ou preconceitos<sup>12</sup>:

Esta tendência dá mais atenção e peso a dados que suportem os nossos preconceitos e crenças do que aos dados científicos. Se as nossas crenças estão firmemente estabelecidas sobre bases sólidas e experiências confirmatórias, esta tendência não é grave. Se nos tornamos cegos a provas que refutam uma hipótese, atravessamos a linha entre o razoável e a mente fechada.

## **A relação da verdade com o poder**

A verdade dos fatos publicados ou noticiados pode ser, também, uma questão de poder. Para o sociólogo Pedrinho Guareschi, a própria noção de comunicação está intimamente relacionada à de poder: “Quem detém a comunicação detém o poder. Se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade, detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias, sobre a criação da opinião pública”.<sup>13</sup>

O filósofo francês Michel Foucault, por sua vez, considera a verdade como uma forma de poder. Para ele, a verdade existe dentro do poder:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. (...) A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; (...) é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).<sup>14</sup>

Foucault entende que o problema político essencial que se coloca para o intelectual não é mudar a “consciência” das pessoas, mas sim o regime político, econômico e institucional de produção da verdade.<sup>15</sup>

Quando Galileu Galilei, por exemplo, publicou, em 1610, o livro *Mensageiro celeste*, demonstrando em linguagem coloquial que a Terra não era o centro do universo – uma verdade inaceitável para o pensamento religioso da época – a Igreja determinou que o livro contrariava as Escrituras Sagradas. Por mais de 20 anos, Galileu foi perseguido pela Inquisição e, em suas obras seguintes, passou a usar a linguagem matemática, inacessível ao clero e à maioria das pessoas.<sup>16</sup>

Por sua vez, quando Napoleão Bonaparte fugiu do exílio forçado na Ilha de Elba, em março de 1815, em sua campanha para reconquistar o trono da França, derrotando as tropas imperiais da época, o jornal *Le Moniteur*, de Paris, foi alterando as suas manchetes sobre Napoleão de acordo com a conveniência da guerra, na medida em que Bonaparte avançava rumo à capital. No primeiro dia, *A besta fugiu da jaula*, depois *O bandido corsa desembarcou na França*, passando na seqüência por *O usurpador é perseguido por forças leais* (subtítulo: *Oficiais fazem votos de trazer o usurpador de volta numa gaiola*); em seguida, *Tropas imperiais tomam Lille*, depois *Napoleão marcha a Paris*, a seguir *O Imperador em Versailles*, e finalmente *Sua Majestade Imperial chega hoje a Paris*.<sup>17 18</sup>

Diz um ditado popular que “a história é contada pelos vencedores”. Sob a ditadura soviética de Stálin, por exemplo, não somente fotografias e verbetes de enciclopédia eram manipulados conforme a conveniência do momento, mas também o noticiário local. O escritor Armand Robin assim descreveu a mídia stalinista:

A noção de informação é tão estrangeira às rádios comunistas que é até incorreto dizer, como se faz habitualmente, que essas rádios mentem. Isso se torna imediatamente inteligível, se aceitamos examinar até às últimas consequências o princípio segundo o qual o objetivo da fala não é dar conta da realidade, mas mudá-la, alterá-la, no sentido mais extremo da expressão.<sup>19</sup>

Na visão do jornalista Perseu Abramo, engajado com a esquerda<sup>20</sup>, a situação não é muito diferente nas democracias ocidentais. Para ele, longe de meramente retratar uma realidade, os órgãos de mídia, de forma consciente ou inconsciente, por razões políticas ou comerciais, criam e recriam uma outra realidade, diferente da original. Segundo Abramo<sup>21</sup>, “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”, e esta indução ocorreria com motivação política ou ideológica: “O público só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece.”<sup>22</sup>

## **A relação da verdade com as técnicas de propaganda**

Outro ponto importante para a compreensão da questão da verdade na mídia é a possível utilização de técnicas de propaganda pelos meios de comunicação, que poderiam em tese distorcer a realidade dos fatos até níveis inimagináveis.

Uma célebre frase atribuída a Abraham Lincoln, ex-presidente dos EUA, afirma que: “Você pode enganar todas as pessoas por algum tempo; você até pode enganar algumas pessoas por todo o tempo; mas você não pode enganar todas as pessoas por todo o tempo”.<sup>23 24</sup>

Outra frase, também muito famosa, comumente atribuída a Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Adolf Hitler, diz que “Se você contar uma mentira grande o bastante, e repeti-la diversas vezes, as pessoas irão finalmente acreditar nela”.<sup>25 26</sup>

Um relatório sobre o perfil psicológico de Hitler<sup>27</sup>, elaborado durante a Segunda Guerra Mundial pelo OSS (*Office of Strategic Services*) americano, precursor da CIA, sugere que a frase pode ter origem no próprio ditador nazista. Diz o relatório que:

Suas regras primárias eram: nunca permita que o público se acalme; nunca admita uma falta ou erro; nunca concorde que pode haver algo de bom no seu inimigo; nunca deixe espaço para alternativas; nunca aceite a culpa; concentre-se em um inimigo de cada vez e culpe-o por tudo o que der errado; as pessoas acreditarão numa grande mentira mais depressa do que numa pequena; e se você repeti-la o suficiente, as pessoas cedo ou tarde acreditarão nela.<sup>28</sup>

Assim, o uso de técnicas de propaganda, pelos meios de comunicação de massa, com a finalidade ideológica de manipular a opinião pública, ou de ganhar corações e mentes, é muitas vezes associado a ditaduras, como a de Hitler. O documentário *O triunfo da vontade* (1934), por exemplo, da cineasta Leni Riefenstahl, contratada por Hitler, é considerado por alguns críticos como uma obra-prima da propaganda nazista, e é referência na história dos documentários.<sup>29 30</sup>

Segundo o historiador britânico e professor de história Chris Trueman<sup>31</sup>, que estudou a Alemanha nazista, “A propaganda é a arte da persuasão – persuadir os outros de que o seu ‘lado da estória’ está correto”.<sup>32</sup> Talvez não por acaso, o título oficial do ministério de Goebbels era o de “Ministério da Propaganda e Iluminação Nacional”.<sup>33</sup>

Foi justamente mostrando a foto de Hitler que uma propaganda de 1988, do jornal *Folha de S. Paulo*, criada pelo premiado publicitário Washington Olivetto, foi eleita uma das 100 melhores peças publicitárias de todos os tempos.<sup>34</sup> A propaganda fornece apenas informações positivas – porém verdadeiras – sobre a vida de Adolf Hitler, e quando mostra seu rosto, termina com o seguinte alerta: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. *Folha de S. Paulo*, o jornal que mais se compra, e nunca se vende”.<sup>35</sup>

## A Escola de Frankfurt e a massificação de idéias selecionadas

A possibilidade do uso de tais técnicas de propaganda nas ditas democracias, pelos meios de comunicação de massa, massificando conceitos, manipulando as consciências e selecionando “verdades”, dá o que pensar e tem gerado estudos e reflexões.

A Escola de Frankfurt, por exemplo, uma das mais influentes correntes de pensamento na área de comunicação no século XX, que congregou pensadores alemães dissidentes do nazismo, como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, produziu farta literatura a respeito.

Adorno e Horkheimer, na obra *A dialética do esclarecimento* (1947), sustentaram que “a onipotência do sistema capitalista, reificado no mito da modernidade, estaria deturpando as consciências individuais, narcotizando a sua realidade e assimilando os indivíduos ao sistema estabelecido”.<sup>36</sup> As idéias da Escola de Frankfurt são geralmente vistas como de inspiração marxista. Entretanto, para a estudiosa Marianna Waltz, “os intelectuais de Frankfurt possuíam base marxista, mas sua teoria se constituía em oposição ao marxismo oficial e dogmático da antiga União Soviética”.<sup>37</sup>

De acordo com os pensadores frankfurtianos, a indústria cultural – aí incluindo os meios de comunicação de massa, a imprensa escrita, o cinema, a música, a TV, etc. – desempenharia de forma sutil a função de controlar a vontade e a atitude dos indivíduos, agora consumidores. Marianna Waltz completa:

A diversão através dos bens culturais modernos é acrítica e mina a vontade de questionamento, enquanto a repressão é indireta e gerada pelas próprias instituições e grupos sociais. Não há regras formais de comportamento, mas os modos de agir e consumir dos indivíduos são impostos pelo seu “meio-ambiente”: amigos, parentes, trabalho, clube, entre outros. Os meios de comunicação, por sua vez, indicam a todos os padrões aceitáveis de família, relacionamentos, vestuário, lazer. As necessidades materiais dos consumidores também são manipuladas. Cada vez surgem novos produtos que, ao nascerem, já se tornam indispensáveis para a continuação da vida moderna.<sup>38</sup>

Assim, dentro desta concepção da Escola de Frankfurt, a indústria cultural, seja na área do jornalismo ou do entretenimento, produziria pessoas massificadas, comportamentos homogeneizados, e a assimilação dos indivíduos pelo sistema, o que seria “um fenômeno totalitário que se dá pela narcotização das consciências”, e “que alcança todos os setores da vida social”.<sup>39</sup>

### **A relação da verdade com a hipocrisia e com a vontade da maioria**

Para Sigmund Freud, considerado o pai da psicanálise, alguma dose de hipocrisia pode ser necessária à própria civilização: “Existem infinitamente mais homens que aceitam a civilização como hipócritas do que homens verdadeiramente e realmente civilizados, e é lícito até perguntarmo-nos se um certo grau de hipocrisia não será necessário à manutenção e à conservação da civilização”.<sup>40</sup>

Algumas vezes, a questão da verdade – incluindo sua divulgação pela mídia – é colocada como um contraponto à hipocrisia da sociedade, podendo mesmo chegar a desafiar a vontade da maioria das pessoas.

Na peça *O inimigo do povo*, escrita em 1882 pelo dramaturgo norueguês Henrik Ibsen, que havia sido jornalista em sua juventude<sup>41 42</sup>, a felicidade de todos numa pequena cidade é mantida graças à mentira em torno da suposta qualidade da água no local. As fontes termiais dão ao lugarejo os lucros do turismo, e como a água está contaminada os únicos prejudicados são os forasteiros. A mentira é mantida pelos poderosos com o apoio do jornal local, *O mensageiro do povo*, e o médico Stockmann, o único a se rebelar contra a situação, é banido pela população enfurecida quando desmascara a mentira em público.

Segundo a crítica Emma Goldman, a moral da estória é ácida: “Thomas Stockmann faz a descoberta, em sua batalha contra a ignorância, a estupidez e os interesses vestais, que ‘os mais perigosos inimigos da verdade e da liberdade em nosso meio são a maioria compacta, a maldita maioria liberal compacta’”.<sup>43</sup>

O pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), precursor de Ibsen e autor do clássico *A democracia na América* (1835), já havia abordado duramente a questão, e se preocupava com a possibilidade de a democracia vir a ser uma tirania:

Tocqueville vê no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos possíveis de acontecer: o primeiro seria o aparecimento de uma sociedade de massa, permitindo que se realizasse uma Tirania da Maioria; o segundo seria o surgimento de um Estado autoritário-despótico. No primeiro caso, o seu temor é que a cultura igualitária de uma maioria destrua as possibilidades de manifestação de minorias ou mesmo de indivíduos diferenciados. O desenvolvimento, portanto, de uma sociedade onde hábitos, valores etc., fossem de tal forma definidos por uma maioria que quaisquer atividades ou manifestação de idéias que escapassem ao que a massa da população acreditasse ser a normalidade, seriam impedidas de se realizar. É o que ele define, da mesma forma que Edmund Burke, como a Tirania da Maioria.<sup>44</sup>

Tocqueville alertou ainda que “é a opinião pública que forma a maioria”, mas reconheceu que é preferível a injustiça praticada pela maioria do que o despotismo de um só.<sup>45</sup>

## O papel da mídia e os Códigos de Ética

O Código de Ética da Sociedade Americana de Editores de Jornais (*American Society of Newspapers Editors - ASNE*), datado de 1922, explica qual deveria ser, em tese, a função da mídia impressa no planeta Terra:

A função primária dos jornais é comunicar à raça humana o que seus membros fazem, sentem e pensam. O jornalismo, portanto, exige de seus praticantes o mais amplo alcance de inteligência, de conhecimento e de experiência, assim como poderes naturais e treinados de observação e raciocínio.<sup>46</sup>

O Código de Ética do Jornalismo Brasileiro, aprovado em 1985 pela Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas<sup>47</sup>, e atualizado em agosto de 2007 no Congresso Extraordinário de Jornalistas realizado em Vitória (ES)<sup>48</sup>, ressalta o compromisso do jornalista com a verdade no relato dos fatos (art. 4º), bem como o compromisso com a veracidade dos fatos apurados e divulgados (art. 2º, II).

Diz o artigo 4º que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

Além disso, entre outros pontos, o texto aprovado coloca a divulgação da informação precisa e correta como um *dever* dos meios de comunicação (art. 2º, I), ao mesmo tempo em que enquadra a obstrução à livre divulgação da informação, a aplicação da censura ou a indução à autocensura, como delitos contra a sociedade, que devem ser denunciados à respectiva Comissão de Ética profissional.

O jornalista Tales Faria, então diretor de redação da revista IstoÉ em Brasília, ao analisar a finalidade do Jornalismo, contrapõe o interesse público aos interesses dominantes e valores vigentes na sociedade. Ele questiona: para quem, afinal, a investigação jornalística é feita – para o cidadão-leitor, ou para a manutenção do *status quo*?<sup>49</sup> Leandro Fortes complementa o raciocínio de Tales defendendo a democratização da informação, mas acredita que mudar o *status quo* é uma utopia:

Utopias à parte, a função idealizada do jornalismo é exatamente a de democratizar as informações a partir de uma decodificação isenta de seus significados, liberta de preconceitos e pressões, embora a vida real teime em impor todo tipo de obstáculo ao conjunto de procedimentos desta atividade.<sup>50</sup>

## **Verdade, veracidade e a disciplina de verificabilidade**

Como saber se o que uma fonte diz é verdade, ou se a notícia é mesmo verdadeira? Os fatos podem ser verificados pelo jornalista? E pelo público? Até que ponto uma frase da matéria reflete algo que o jornalista presumiu ou concluiu como verdade, sem checar? Essas são algumas das questões que nos propomos a examinar agora.

Os jornalistas norte-americanos Bill Kovach, diretor do Comitê dos Jornalistas Preocupados (*Committee of Concerned Journalists*<sup>51</sup>), e Tom Rosenstiel, que escreveram *Os elementos do jornalismo*, se debruçaram sobre algumas delas. Segundo os autores, a imprensa moderna, influenciada pelo nascimento da teoria democrática, passou a se preo-

cupar com a questão da verdade: “A promessa de veracidade e precisão logo se tornou uma parte poderosa até mesmo das primeiras tentativas de marketing do jornalismo”.<sup>52</sup>

Em 1913, Joseph Pulitzer criou para o seu jornal New York World um setor chamado “Bureau de Precisão e Equidade”<sup>53</sup>. Mas para Kovach e Rosenstiel, a verdade buscada pelo jornalista é muito mais do que a simples precisão das informações. Seria o que ele prefere chamar de “verdade funcional”:

Uma vez verificados os fatos, os repórteres tentam armar um relato equilibrado e confiável desses mesmos fatos, válido por agora, mas sujeito a uma investigação posterior. (...) Os princípios do *Washington Post* delineados em 1933 por seu fundador, Eugene Mayer, descrevem esse relato da verdade “como o mais próximo possível que possa ser atingido”.<sup>54 55</sup>

Os autores acrescentam que “obter a informação mais próxima da versão completa da verdade tem conseqüências reais”.<sup>56</sup> Eles ressaltam que apenas a precisão de fatos, por si só, pode levar à distorção da verdade, como quando matérias realçam determinada raça minoritária em reportagens fora do contexto, reforçando estereótipos.<sup>57</sup>

O jornalista Walter Lippmann, em seu clássico livro *Public Opinion*, de 1922, afirmou que “notícias e verdade não são a mesma coisa... A função das notícias é sinalizar um fato. A função da verdade é trazer à luz os fatos ocultos, estabelecer uma relação entre eles e montar um quadro da realidade sobre o qual os homens possam agir.”<sup>58</sup>

Lippmann defendia que os jornalistas precisavam adquirir o “espírito científico”, e que o estudo do Jornalismo devia incluir como foco central o estudo da prova e da verificação: “Justamente porque as notícias são complexas e escorregadias, a boa reportagem exige o exercício das mais altas virtudes científicas”.<sup>59</sup>

Mesmo sem existir um padrão definido para o levantamento de provas, como no direito, ou um método de observação, como nas experiências científicas, alguns jornalistas desenvolvem métodos próprios. Um deles é a técnica da “edição cética”, ou “edição processualista”, utilizada pela jornalista Sandra Rowe, editora do Oregonian:

O método consiste em julgar uma matéria linha por linha, declaração por declaração, editando as afirmações e os fatos. Como sabemos isso? Por que deveria o leitor acreditar nisso? O que significa a suposição por trás de uma sentença? Se uma matéria diz que certo fato pode levantar dúvidas na cabeça das pessoas, quem insinuou isso? O repórter? Uma fonte? Um cidadão?.<sup>60</sup>

O objetivo da edição cética seria remover os erros inconscientes inseridos pelo repórter na narrativa, porque este presumiu ou acreditou que algo seria verdadeiro, criando assim uma atmosfera na redação onde todos pudessem questionar uma matéria sem questionar a integridade do jornalista.<sup>61</sup>

O filósofo e matemático britânico Karl Popper (1902-1994) ressalva que a simples verificabilidade de fatos singulares não é suficiente para a presunção ou a extrapolação de conclusões precipitadas:

Não é nada óbvio que se justifique inferir assertivas universais a partir de assertivas singulares. (...) Qualquer conclusão tirada desse modo sempre pode se revelar falsa: por mais numerosos que sejam os casos de cisnes brancos que possamos ter observado, isso não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos.<sup>62</sup> (grifo no original)

Os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel, por sua vez, fazem outra ressalva importante, afirmando que a imparcialidade não pode substituir a verificação dos fatos:

A voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar, supostamente neutro, estilo de redação das notícias, não é um princípio fundamental do jornalismo. (...) Essa voz neutra, sem uma disciplina de verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando.<sup>63</sup>

## O Princípio de Verificabilidade da Wikipédia: a verificação pelo leitor

O advento da enciclopédia virtual Wikipédia, onde todos podem editar os artigos, trouxe um elemento novo para a verificabilidade jornalística, principalmente em assuntos científicos ou polêmicos, onde a verdade esteja sendo posta em xeque – trata-se da possibilidade de o próprio leitor verificar diretamente a informação.

Embora seja livre, a enciclopédia foi concebida desde a origem em cima de normas similares a uma cláusula pétrea constitucional, isto é, regras que não podem ser mudadas. Uma destas regras é o chamado Princípio de Verificabilidade<sup>64</sup>, segundo o qual, no caso de uma “guerra de edições” entre versões conflitantes da realidade, colocadas por diferentes usuários, ganhará a questão quem apresentar diretamente a fonte primária da informação, preferencialmente com *links* que corroborem a informação com credibilidade.<sup>65</sup>

Desta forma, um artigo sobre o aborto, por exemplo, pode trazer *links* diretamente para a página do IBGE que mostra o resultado de uma pesquisa, ou para uma página do Ministério da Saúde ou da OMS contendo um relatório sobre o assunto. Dependendo das fontes fornecidas para a informação, um verbete pode ter mais credibilidade do que uma notícia de jornal, que muitas vezes reproduz a mentira dita por uma fonte. É uma forma também de aprofundar debates sobre quaisquer assuntos com dados concretos ou oficiais, que qualquer pessoa poderá verificar por si mesma.

Pudemos observar que esse grau de excelência ainda está longe de ser alcançado pela Wikipédia de língua portuguesa, cujos artigos em grande parte carecem de fontes, mas, em contrapartida, na Wikipédia em língua inglesa<sup>66</sup>, por exemplo, que possui uma quantidade bem maior de usuários e de artigos, há um imenso número de verbetes com *links* para fontes confiáveis e verificáveis pelo próprio leitor.<sup>67</sup>

### Linguagem, exatidão e verdade

Além de todos esses fatores, talvez o mais sutil, no comprometimento da verdade no jornalismo, seja o uso da linguagem, porque esta cria um caldo de cultura no inconsciente das pessoas, muitas vezes de forma despercebida.

Para Ingedore Koch, autor de *Argumentação e linguagem*, seu uso não é “neutro”, é decididamente intencional. Na visão de Koch, a atividade de interpretação da linguagem cotidiana pressupõe que “quem fala tem certas intenções”<sup>68</sup>. Adilson Citelli, mestre em Letras e professor da USP, autor de *Linguagem e persuasão*, complementa: “Os recursos retóricos (...) não seriam meros recursos ‘formais’, jogos visando a ‘embelezar’ a frase; ao contrário, o modo de dispor o signo, a escolha de um ou outro recurso lingüístico, revelaria múltiplos comprometimentos de cunho ideológico”.<sup>69</sup>

Na concepção do lingüista Ferdinand de Saussure, a língua é considerada como um fato social<sup>70</sup>, usando a definição criada pelo sociólogo Émile Durkheim<sup>71</sup>, já que ela é exterior ao indivíduo (pensada como “representação coletiva”), é extensiva a um grupo e tem um poder de coerção sobre este indivíduo.

Já o sociólogo Adriano Duarte Rodrigues, em *As dimensões da pragmática na comunicação*<sup>72</sup>, observa que, se de um lado a linguagem, em sua dimensão referencial, associa palavras às coisas como etiquetas, e em sua dimensão simbólica, não se limita a designar um mundo preexistente, mas constrói também sentidos para este mundo, de outro lado na concepção pragmática a pluralidade de significados para uma mesma palavra resulta de um confronto de linguagens, de uma luta de poder entre grupos, que ganham prevalência em determinada época.

Neste sentido, o filósofo alemão Martin Heidegger afirmou, certa vez, que “uma grande batalha se trava no terreno da linguagem”.<sup>73</sup> Já o filósofo Ludwig Wittgenstein, austríaco naturalizado britânico, em sua obra *Investigações filosóficas*, publicada originalmente em 1953, diz que a filosofia combate o “embruxamento do intelecto pelos meios de nossa linguagem”<sup>74 75</sup>, e afirma que “vemos uma rede complicada de semelhanças que se cruzam e se sobrepõe umas às outras; semelhanças de conjunto e de pormenor”<sup>76 77</sup>. Como exemplo, indaga a diferença entre uma vila e uma cidade: “Com quantas casas e ruas que uma cidade começa a ser cidade?”. Conclui que o significado das palavras não depende daquilo a que se referem, mas de como são usadas.

## A possibilidade de manipulação de linguagem

A utilização das palavras pode ser feita de forma ética ou não. Algumas obras de ficção tratam da possibilidade de uma manipulação proposital da linguagem. Na sociedade totalitária imaginada por George Orwell no clássico *1984*, por exemplo, uma palavra pode ter dois significados contraditórios, conforme se aplicar a amigos ou inimigos:

A palavra-chave aqui é *pretobranco*. Como tantas palavras da Novalíngua, esta palavra tem dois significados mutuamente contraditórios. Aplicada a um oponente, significa o hábito de afirmar sem pudor que preto é branco, em contradição aos fatos plenos. Aplicada a um membro do Partido, significa uma disposição leal de dizer que preto é branco quando a disciplina do Partido exige isso. (...). Isso exige uma contínua alteração do passado, tornada possível pelo sistema de pensamento que abarca todo o resto, conhecido em Novalíngua como *duplopensar* [no original, *doublethink*].<sup>78</sup>

Do mesmo modo, em *Alphaville*, do cineasta francês Jean-Luc Godard, ambientado numa ditadura futurista, palavras como “consciência” são suprimidas do dicionário: “Todos os dias palavras desaparecem, porque são proibidas. Então, elas são substituídas por outras que, mesmo não forçadamente, correspondam a novas idéias”.<sup>79</sup>

Entre aqueles que defendem a ética na mídia, inclusive a exatidão de linguagem, destacamos o posicionamento do Vaticano a esse respeito. Segundo o documento *Ética nas Comunicações Sociais*<sup>80</sup>, editado pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, as comunicações sociais podem ser usadas para o bem ou para o mal: “Os *mass media* nada fazem por si mesmos; eles são instrumentos, ferramentas que as pessoas utilizam como preferem” (itens I, 1, e I, 4, § 2º).

A Igreja critica o uso político da mídia, para a demagogia e o engano, “deturpando e suprimindo a verdade mediante a propaganda e a manipulação” (III, 15). O documento alerta que “em vez de explicar questões complexas de modo cuidadoso e verdadeiro, os noticiários evitam-nas ou então simplificam-nas demasiadamente” (III, 16, 2º §).

Outro documento, *Ética na Internet – Igreja e Internet*, de 2002<sup>81</sup>, destaca a importância do cuidado com a exatidão e a relevância das informações divulgadas (III, 13, § 3º). O texto alerta para o impacto do diálogo intercultural sobre as culturas mais frágeis: “Esse caminho [das trocas culturais] deve ser bilateral. As culturas têm muito a aprender umas com as outras. Impor a visão, os valores e até mesmo a linguagem mundial de determinada cultura sobre as outras não significa diálogo, mas imperialismo cultural” (item 11, § 2º).

## **Problemas de linguagem**

Analisamos a seguir alguns exemplos de possíveis problemas gerados pela linguagem nos meios de comunicação, bem como sua influência na questão da verdade.

### *A verdade como referencial – Malvinas ou Falklands?*

Em abril de 1982, quando tropas argentinas invadiram ilhas do Atlântico Sul que reivindicavam como suas, as manchetes de O Globo, do Rio de Janeiro, as designavam por seu nome argentino – Malvinas – enquanto na mesma época as manchetes do periódico concorrente Jornal do Brasil, da mesma cidade, preferiam o termo britânico Falklands. Um pedestre desavisado que passasse numa rua do Rio de Janeiro, e lesse apenas as manchetes de longe, na banca, poderia pensar que se tratavam de ilhas ou até de guerras diferentes.<sup>82</sup> Neste caso, podemos falar não de uma, mas de duas verdades, onde o que define qual das verdades vale mais é o seu referencial.

Segundo revelou a Folha de S. Paulo, em 2003, por ocasião do falecimento de M. F. do Nascimento Brito, antigo dono do Jornal do Brasil, a opção pelo termo “Falklands” se deveu ao simples fato de que sua mãe, Amy, era inglesa<sup>83</sup>. Após a morte de Nascimento Brito, o jornal passou a se referir às ilhas do Atlântico Sul, nas reportagens com referência histórica, como “Malvinas”.<sup>84 85</sup>

Citamos ainda outros exemplos em que o uso verdadeiro da linguagem pode depender do seu referencial. As expressões “astronauta”, “cosmonauta” ou “taikonauta” designam, respectivamente, os espaçonautas americanos, russos (ou soviéticos) e chineses. Da mesma

forma, os termos “furacão”, “ciclone” e “tufão”, designam fenômenos semelhantes acontecidos nos oceanos Atlântico, Índico ou Pacífico.

### *A definição de terrorismo*

A palavra terrorismo é talvez uma das mais controvertidas para o jornalismo, e seu uso poderá variar enormemente conforme o contexto, o momento histórico, a linha editorial do veículo de comunicação, e as influências que recebe – políticas, econômicas, culturais.

A Organização das Nações Unidas, após décadas de discussão desde 1973, incluindo 12 convenções e um painel<sup>86</sup>, não conseguiu alcançar uma definição precisa de terrorismo para fins legais. O principal entrave é a veemência de alguns países árabes, em especial da Síria, em que seja feita uma distinção clara entre o terrorismo e a “luta justa contra a ocupação estrangeira”, numa alusão ao combate àquilo que o país considera “terrorismo de Estado” de Israel. O representante do Irã disse que “responder à questão sobre quem tem a autoridade para definir terrorismo era uma tarefa altamente política”.<sup>87</sup>

Segundo a acadêmica americana Martha Crenshaw, da Universidade de Wesleyan, pelo menos um consenso teria sido obtido pela ONU, no sentido de se separar “meios” e “fins”. De acordo com Martha, o consenso foi obtido com o seguinte texto:

Terrorismo é qualquer ação que tem como objetivo causar a morte ou provocar ferimentos graves em civis, ou [em] qualquer pessoa que não participa ativamente das hostilidades, numa situação que visa intimidar a população, ou compelir um governo ou uma organização internacional a fazer ou a deixar de fazer qualquer ato.<sup>88</sup>

Também há distinções comumente feitas no jornalismo entre “terrorismo” e outros termos, como “guerrilheiro”, “insurgente”, “rebelde”, “militante” ou “grupo separatista”, variando conforme o contexto. O cientista político Edson Passetti, da PUC-SP, um dos organizadores do livro *Terrorismos*, disse que: “qualquer definição de terrorismo será sempre política e estará vinculada a uma determinada força social. (...) Nem sempre movimentos de contestação, guerrilhas ou rebeliões são formas de terrorismo”.<sup>89</sup>

O jurista Nilo Batista, da UERJ, observa ainda que: “Os elementos jurídicos para conceitualizar terrorismo como crime são: causar dano considerável a pessoas e/ou coisas; pela criação real ou potencial de terror ou intimidação generalizada e pela finalidade político-social”.<sup>90</sup>

Por fim, Joaquim Fidalgo, ouvidor do jornal Público, de Lisboa, entende que a idéia de violência “ilegítima” deve ser incorporada à noção de terrorismo. Ele ressalva que:

O regime de ditadura vigente em Portugal [de Salazar] chamava “terroristas” aos que defendiam, de armas na mão, o legítimo direito à independência que lhes era negada, e a que só o regime democrático deu corpo. (...) “Terrorismo” é mais do que ação violenta para atingir um fim político. “Terrorismo”, na acepção lata em que costumamos usar o termo, é violência ilegítima.<sup>91</sup>

Na ausência de uma definição oficial e clara, concluímos que, provavelmente, o uso da palavra deverá ser debatido nas redações conforme o contexto de cada momento, em cada caso, em cada jornal, dentro da noção de “verdade funcional” descrita por Bill Kovach, e próximo também ao conceito de “verdade utilitária” de Nietzsche.

#### *A definição de pedofilia: desinformação, ofensa e versões conflitantes*

A Organização Mundial da Saúde (OMS), parte integrante das Nações Unidas, define a pedofilia, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10, item F65.4), como a “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou outro sexo, geralmente pré-púberes ou de puberdade precoce”<sup>92 93</sup>. Definições parecidas são fornecidas pelas principais associações psiquiátricas do mundo, como a APA (Associação Psiquiátrica Americana)(código DSM-IV, item 302.2)<sup>94 95 96</sup> ou a APAL (Associação Psiquiátrica da América Latina)(código F65.4)<sup>97 98</sup>. Assim definida, a pedofilia é classificada por estes organismos como uma *doença mental*.

Ou seja, a pedofilia *não* inclui a atração ou o ato sexual com adolescentes, mas somente a atração ou o sexo com crianças antes da puberdade ou de puberdade precoce, o que, embora varie em casos individuais, grosso modo vai até os 11 ou 12 anos, antes, portanto, da faixa *teen*.

O uso errático e por vezes desencontrado do termo por jornalistas pode refletir a ignorância dos mesmos, e provocar até mesmo processos judiciais por calúnia ou difamação. Possivelmente não a maioria, mas pelo menos algumas notícias referentes a abusos sexuais, prostituição de menores e com mais frequência sobre pornografia infantil, utilizaram erroneamente o termo com um significado expandido, o que pode acarretar uma percepção errada no público em relação ao assunto, gerando o estigma e o preconceito, por exemplo, para todos aqueles maiores de 18 anos que, por exemplo, namoram adolescentes. Preconceito este, aliás, vedado pela própria Constituição Federal (art. 3º, IV), muito embora o texto ainda não tenha sido regulamentado.

O problema é agravado pelo fato de que, no Brasil, a relação com adolescente é permitida por lei, se tiver a concordância ou a tolerância dos pais do menor. Pelo artigo 225 do Código Penal, somente os pais do(a) menor, ou ele(a) próprio(a), podem mover ação por corrupção de menores (art. 218) contra o alegado ofensor.<sup>99</sup> Nos perguntamos, até que ponto uma notícia deformada não terá tido origem no preconceito do jornalista, de forma consciente ou inconsciente:

A vida há de nos cobrar duramente por considerarmos pecado o amor que não se enquadra em nossa visão mesquinha, por querermos medir comportamentos segundo nossos padrões pouco generosos; por querermos prender, humilhar, podar todo o relacionamento que não se adapta à medida da nossa ignorância e dos nossos farisaicos valores.<sup>100</sup>

No Brasil, há casos de artistas famosos ou personalidades públicas que namoraram ou se casaram com adolescentes. Citamos como exemplos, entre outros, o cantor Caetano Veloso (40)<sup>101 102 103</sup> com a empresária Paula Lavigne (13); o ator Márcio Garcia (28)<sup>104</sup> com sua ex-namorada e modelo Daniela Sarahyba (14); o cantor Latino (23)<sup>105 106</sup> com a cantora Kelly Key (13); o autor de novelas Manoel Carlos (25)<sup>107</sup> com a deputada Cidinha Campos (15); o jornalista Assis Chateaubriand<sup>108</sup> (41) com a modelo argentina Cora Acuña (15). Os números entre parênteses indicam as idades no início do relaciona-

mento. No exterior, citamos, entre outros, Charles Chaplin, que teve três de suas esposas emancipadas – Mildred Harris (16, ele com 29), Lita Grey (16, ele com 35) e Oona O’Neill (17, ele com 54)<sup>109</sup>; e o pintor Pablo Picasso (45), com Marie-Thérèse Walter (17 ou 15)<sup>110</sup>, sua amante adolescente.

Neste caso, se cometêssemos um erro jornalístico e designássemos uma coisa com o nome de outra, estaríamos praticando a máxima do padrão duplo – ou seja, “dois pesos e duas medidas”: para os famosos, a verdade; para os outros, bem, eles são os outros.

Considerando que a pedofilia é definida como uma doença mental, nos perguntamos até que ponto, neste caso, uma única notícia distorcida (que aplique o termo pedofilia para se referir à atração ou relação com adolescentes) não será tão ofensiva quanto uma manchete que comparasse um negro a um “macaco”. Ou até que ponto o uso deformado da palavra pedofilia, pelo jornalista, poderia configurar, no Brasil, o crime de “incitação ao crime” (art. 286 do Código Penal – “incitar publicamente a prática de crime”); neste caso, a incitação à calúnia e à difamação (artigos 138 e 139 do CP)<sup>111</sup>; e com potencial para gerar episódios violentos envolvendo brigas ou lesões corporais.

É possível que tal ofensa atinja não somente o noticiado, mas qualquer pessoa do público que de forma legítima mantenha um relacionamento amoroso com um(a) adolescente (portanto não uma criança pré-púbere), além dos maridos e esposas de menores emancipados – da mesma forma que uma notícia que por hipótese chamasse um negro de “macaco”, atingiria seriamente não somente aquele negro, mas a todos os leitores negros.

No livro *Teoria do jornalismo*, o jornalista e professor Felipe Pena observa que “todos os jornalistas deveriam conhecer a lei, mas, infelizmente, isso não é rotina. Talvez muitos dos erros da imprensa no mundo fossem evitados se os profissionais tivessem melhores noções jurídicas”.<sup>112</sup>

Se a lei não é suficiente, há ainda os Códigos de Ética da profissão. Indagamos se não seria justo que alguma instância profissional corporativa, nos moldes dos conselhos já existentes nas áreas de medicina (CFM, CRM), advocacia (OAB), justiça (CNJ), e publicidade (CONAR), ou ainda o Sindicato dos Jornalistas, tivesse poderes para aplicar penalidades a jornalistas que agissem comprovadamente de

má fé, ou seja, que publicassem deformações como esta com conhecimento de causa. Será válido um jornalista mal intencionado ser punido com a suspensão do exercício da profissão, ou até a cassação de seu diploma universitário? E até que ponto um erro jornalístico será diferente de um erro médico, ou de um erro na construção de uma ponte?

Para o jornalista e advogado Eugênio Bucci, autor de *Sobre ética e imprensa*, a solução para este problema está na própria imprensa:

Os erros de imprensa, os excessos cometidos pela imprensa, os golpes de mau gosto cometidos pela imprensa, só serão superados se forem compreendidos e debatidos em público, dentro da própria imprensa, e não em outras cortes, e muito menos em outras instâncias que se penssem capazes de controlar a imprensa.<sup>113</sup>

Nossa conclusão, aqui, é a de que, se a utilização de certas palavras (como Malvinas, cosmonauta, ciclone) pode derivar de uma verdade que depende do referencial, e em outros casos (como terrorismo), pode depender do contexto ou da linha editorial do veículo, numa manifestação de verdade funcional ou utilitária, neste caso, em comparação, o uso correto da palavra pedofilia decorre de uma verdade necessária, obrigatória, porque embasada nos fundamentos da ciência, e porque dotada de potencial ofensivo a terceiros.

## Notas

1. GLASS, Verena. Observatórios de mídia refletem descrédito da imprensa. In *Carta Maior*, “Política”, 14 nov. 2007. Disponível em <[http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=14714&boletim\\_id=379&componente\\_id=70](http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14714&boletim_id=379&componente_id=70)>. Acesso em 26 nov. 2007.
2. PLATÃO. *Cratilo*, parágrafo 385b. Disponível em inglês como *Cratylus*, em <http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Plat.+Crat.+385b>. Acesso em 16 set. 2007.
3. RIBEIRO, André Antônio. *A filosofia da linguagem em Platão*, p. 45. Porto Alegre, 2006. Depto. de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Filosofia, PUC-RS. Disponível em <http://www.pucrs.br/pgfilosofia/2006AndreRib-DO.pdf> (PDF). Acesso em 16 set. 2007.
4. COUTINHO, Iluska. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo, p. 7. In: *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, Ano 1, n° 1, jan.-jun./2004. Disponível (PDF) em <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/conceito.pdf>. Acesso em 16 set. 2007.
5. COUTINHO, Iluska. Idem, pp. 3, 4-5, 8 e 12.
6. Bíblia Sagrada. Inglês. *New American Bible*. Evangelho de São João Apóstolo, cap.14, versículo 6. Disponível no sítio oficial do Vaticano em [http://www.vatican.va/archive/ENG0839/\\_PXM.HTM](http://www.vatican.va/archive/ENG0839/_PXM.HTM). Acesso em 18 set. 2007.
7. Idem, cap. 8, versículo 32, disponível em [http://www.vatican.va/archive/ENG0839/\\_PXG.HTM](http://www.vatican.va/archive/ENG0839/_PXG.HTM). Acesso em 18 set. 2007.
8. PERJÚRIO. Enciclopédia Microsoft Encarta Online 2007. Espanhol. Disponível em [http://es.encarta.msn.com/encyclopedia\\_761577487/Perjurio.html](http://es.encarta.msn.com/encyclopedia_761577487/Perjurio.html). Acesso em 18 set. 2007.
9. BRASIL. Código Penal (1940). Decreto-lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Artigo 342. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm). Acesso em 18 set. 2007.
10. CARROLL, Robert Todd. Ciência. *Dicionário céptico* (no original, *The Skeptic's Dictionary*), 2000. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/ciencia.html>. Acesso em 16 set. 2007.
11. Ibidem, Pensamento selectivo. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/selectivo.html>. Acesso 16 set. 2007.
12. Ibidem, Desvio para a confirmação. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/confirma.html>. Acesso em 16 set. 2007.
13. GUARESCHI, Pedrinho A.. A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). *Comunicação & Controle Social*, 4ª ed.. Petrópolis:Vozes, 2001. pp. 14-15.
14. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 24ª ed.. São Paulo: Graal, 2007. pp. 12-13.
15. Ibidem, p. 14.

16. OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002. p.18.
17. WALKER, Martin. Palestra proferida na 19th World Media Conference, 27-28 fev. 2002, Washington, D.C..World Media Association. Disponível em <<http://www.wmassociation.com/reports/index19.html>>. Acesso em 27 nov. 2007. O jornalista Martin Walker é Correspondente Chefe Internacional da UPI.
18. GADELHA, Hayle. Napoleão e a imprensa. Disponível em <<http://blogdogadella.blogspot.com/2006/08/napoleo-e-imprensa.html>>. Acesso em 27 nov. 2007. Gadelha é jornalista. Perfil disponível em <<http://blogdogadella.blogspot.com/2006/01/perfil.html>>. Acesso 27 nov 07.
19. ROBIN, Armand. Citado por SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*, 2ªed., p.71. São Paulo: Senac, 2001.
20. SOBRE Perseu Abramo. Fundação Perseu Abramo [200?]. Disponível em <[http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news\\_index.php?storytopic=74](http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news_index.php?storytopic=74)>. Acesso em 16 set 2007.
21. ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.33. Disponível também em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=55>. Acesso em 16 set. 2007.
22. Ibidem.
23. LINCOLN, Abraham. Citado por “Thinkexist.com” (sítio especializado em citações). Disponível [http://thinkexist.com/quotation/you\\_may\\_fool\\_all\\_the\\_people\\_some\\_of\\_the\\_time-you/145518.html](http://thinkexist.com/quotation/you_may_fool_all_the_people_some_of_the_time-you/145518.html). Acesso em 04 nov 2007.
24. LINCOLN, Abraham. Citado por KELLY, Martin. In: *About.com*. Disponível em <http://americanhistory.about.com/cs/abrahamlincoln/a/quotelincn.htm>. Acesso em 10 nov 2007.
25. GOEBBELS, Joseph. Citado por “Thinkexist.com” (sítio especializado em citações). Disponível em [http://thinkexist.com/quotes/joseph\\_goebbels/](http://thinkexist.com/quotes/joseph_goebbels/). Acesso em 04 nov 2007.
26. GOEBBELS, Joseph. Citado por “Quoteful.com” (sítio especializado em citações). Disponível em <http://quoteful.com/tag/Goebbels>. Acesso em 10 nov 2007.
27. LANGER, Walter C. et al.. *A Psychological Analysis of Adolph Hitler – His Life and Legend*, p. 219. Office of Strategic Services (OSS), Washington, D.C., [194?]. Relatório citado por “Nizkor.org” – Centro de Recursos sobre o Holocausto (Holocaust Resource Center). Disponível em <http://www.nizkor.org/hweb/people/h/hitler-adolf/oss-papers/text/profile-index.html>. Acesso em 10 nov 07.
28. LANGER, Walter C. et al. Ibidem. Disponível em <http://www.nizkor.org/hweb/people/h/hitler-adolf/oss-papers/text/oss-profile-03-02.html>. Acesso em 10 nov 07.
29. SCHILLING, Voltaire. A propaganda nazista – O triunfo da vontade. In: *Educaterra.terra.com.br*. Crítica do filme “Triunfo da Vontade”. Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/propaganda.htm>. O autor é professor de história na UFRGS e professor do curso de Jornalismo Aplicado da RBS-RS. Perfil disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/perfil.htm>. Acessos em 11 nov 2007.
30. TAVARES, Adérito. *A não perder – O triunfo da vontade*. In: *Aph.pt* (Associação dos Professores de História, de Portugal). O autor é professor na Faculdade de Ciências Humanas da Univ. Católica Portuguesa. Crítica do filme, disponível em [http://www.aph.pt/nao\\_perder/nao\\_perder\\_0302.html](http://www.aph.pt/nao_perder/nao_perder_0302.html). Acesso 11 nov 2007.

31. Professor há mais de 25 anos, Chris Truman mantém um sítio especializado em História do Mundo, no endereço <http://www.historylearningsite.co.uk>. Ver link “About the author”. Acesso em 10 nov 2007.
32. TRUMAN, Chris. *Propaganda in Nazi Germany*. Texto didático online. Disponível em [http://www.historylearningsite.co.uk/propaganda\\_in\\_nazi\\_germany.htm](http://www.historylearningsite.co.uk/propaganda_in_nazi_germany.htm). Acesso em 10 nov 2007.
33. Ibidem.
34. OLIVETTO, Washington. Entrevista anônima. Disponível no sítio “YouTube.com”, em <http://www.youtube.com/watch?v=jYrKEdSfO8s> e <http://www.youtube.com/watch?v=W6CNeC1eRU>. Acessos em 10 nov 2007.
35. “HITLER”. Peça publicitária para TV. Cliente: Folha de São Paulo. Disponível no sítio “YouTube.com”, em <http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M> e <http://www.youtube.com/watch?v=xmbM8XGMZxI>. Acessos em 10 nov 2007.
36. FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica*, p. 20. São Paulo: Brasiliense, 1986. In: CAMPOS, Renato de. *Teorias da Comunicação: As correntes teóricas no estudo da comunicação de massa*. *Revista Uniara* n° 19, 2006. O autor é Mestre em Comunicação e Professor do Centro Universitário de Araraquara (Uniara) e da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Texto disponível (PDF) em [http://www.uniara.com.br/institucionais/revista\\_uniara/pdf/19/Rev19completa\\_13.pdf](http://www.uniara.com.br/institucionais/revista_uniara/pdf/19/Rev19completa_13.pdf). Acesso em 11 nov 07.
37. SILVA, Marianna Waltz Moreira. *Teoria crítica na era da indústria cultural – ou Uma análise da derrota do esclarecimento*, p.8. Rio de Janeiro, 2006, 126p. Dissertação (Mestrado em Semiologia). Pós-Graduação, Faculdade de Letras, UFRJ. Professor Orientador: BUENO, André Luiz de Lima. Disponível em [http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/trabalhos/mariannawaltz\\_teoriacritica.pdf](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/trabalhos/mariannawaltz_teoriacritica.pdf) (PDF). Acesso em 11 nov 07.
38. SILVA, Marianna Waltz Moreira. Ibidem.
39. COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia – História e grandes temas*, 15ª ed. reform. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2000. pp. 224 e 227.
40. FREUD, Sigmund. *As palavras de Freud*. São Paulo: Ática, 1999. Citado por CIVILIZAÇÃO de hipócritas. Disponível em <<http://www.citador.pt/pensar.php?op=10&refid=200502030005>>. Acesso em 27 nov. 2007. OBS.: O Citador.pt é um sítio especializado em citações.
41. GASSNER, John. *Mestres do Teatro II* (1940), 3ª ed., p. 6. São Paulo: Perspectiva, 2003.
42. CARPEAUX, Otto Maria. Ensaio sobre Henrik Ibsen. In: IBSEN, Henrik. *Seis Dramas*, p. 34. Rio de Janeiro: Ediouro, [198?]. Coleção Clássicos de Bolso – n° 81254.
43. GOLDMAN, Emma. *The Social Significance of the Modern Drama*, pp. 34-42. Boston: Richard G. Badger, 1914. Disponível em [http://www.theatredatabase.com/19th\\_century/henrik\\_ibsen\\_012.html](http://www.theatredatabase.com/19th_century/henrik_ibsen_012.html) (sítio especializado em teatro, “Theatre Database”). Acesso em 27 nov. 2007.
44. QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade, p.155. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política – Vol. 2*, 10ª ed.. São Paulo:Ática, 2003. pp. 149-160.
45. TOCQUEVILLE, A. De la democracie en Amérique. In: \_\_\_\_\_ *Oeuvres completes*. Paris: Gallimard, 1961. Tomo I, vol. 1, pp. XLIII-339. Tradução de Cid Knipell Moreira. Citado por QUIRINO, C.G., op.cit., p.173.

46. FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 23-24.
47. *Ibidem*, p. 23.
48. FENAJ. Código de Ética (2007). Fenaj disponibiliza texto atualizado do Código de Ética. 17 set. 2007. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. Acesso em 23 set. 2007.
49. FARIA, Tales. Citado por FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 24-25.
50. FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. Op. cit., p.25.
51. A página do Comitê na Internet está em <http://www.concernedjournalists.org/>. Acesso em 27 nov. 2007.
52. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*, 2ª ed., p. 63. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
53. *Ibidem*, p. 64.
54. MEYER, Eugene. The Post's Principles. In: *The Washington Post Deskbook on Style*, 2a. ed., p.7. Nova Iorque:McGraw-Hill, 1989. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom., op.cit., p.71.
55. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*. pp. 68 e 71.
56. *Ibidem*. pp. 73-74.
57. *Ibidem*. p. 69.
58. CASSANDRA, Tate. What Do Ombudsman Do, *Columbia Journalism Review*, mai-jun/1984, p.37. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p.65.
59. LIPPMANN, Walter. *Liberty and the News*, p.74. New Brunswick, Nova Jersey e Londres: Transaction Publishers, 1995. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p. 116.
60. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Op.cit., p. 136.
61. ROWE, Sandra e BENNETT, Amanda. Entrevista concedida a Tom Rosenstiel, 13 abr. 2000. Citada por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, pp. 136 e 137.
62. POPPER, Karl. *Apud* REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da filosofia*, p. 1022. São Paulo: Paulus, 1990. 3v. Citado por COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. Op.cit., p. 249.
63. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p. 117.
64. WIKIPÉDIA. Políticas da Wikipédia Lusófona. Verificabilidade. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Verificabilidade>>. Acesso em 27 nov. 2007.
65. WIKIPÉDIA. Políticas da Wikipédia Lusófona. Fontes fiáveis. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Fontes\\_fi%C3%A1veis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Fontes_fi%C3%A1veis)>. Acesso em 27 nov. 2007.
66. WIKIPEDIA. Inglês. Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Main\\_Page](http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page). Acesso em 27 nov. 2007.
67. WIKIPEDIA. Inglês. Wikipedia Policy. Verifiability. Disponível em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Verifiability>>. Acesso em 27 nov. 2007.

68. KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*, p. 22. São Paulo: Cortez, 2002.
69. CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*, 15ª ed, p.26. São Paulo: Ática, 2003.
70. VALVERDE, Monclar E.G.L.. *A experiência da comunicação*. Salvador, BA [S.I., s.d.]. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/Pos/monclar/experII.html>. Acesso em 15 nov 2007. OBS: O autor é referenciado como professor do Curso de Comunicação da UFBA em <http://www.facom.ufba.br/Pos/monclar/cursos.html>.
71. DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*, pp. 2-11. [S.I., s.d.] Obra em domínio público. Disponível em [http://galileu.radiocb.com/ebooks/durkheim\\_as\\_regras\\_do\\_metodo\\_sociologico.pdf](http://galileu.radiocb.com/ebooks/durkheim_as_regras_do_metodo_sociologico.pdf) (PDF). Acesso em 15 nov 2007.
72. RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. 204 pp.
73. Ibidem.
74. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*, Parte I, § 11. Tradução de M.S. Lourenço. Lisboa: Gulbenkian, 1995. Citado por COSTA, Manuel Ferreira. Homens e Mulheres Dicionarizadas, p.31. In: *Caderno Seminal Digital*. Vol. 1, n. 2, I. Jul.-dez./2004. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004. 143 pp. Disponível em <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal02.pdf>. Acesso em 28 nov. 2007. O autor é Doutorando em Letras na UERJ.
75. Ibidem. Citado por CARNEIRO, Tomás Magalhães. A concepção de filosofia de Wittgenstein. Resenha de HACKER, P.M.S. *Wittgenstein*. [S.I.:Phoenix, s.d.]. Coleção “The Great Philosophers”. Disponível em [http://web.letras.up.pt/smiguens/mlag/members/Tom\\_Witt\\_1.htm](http://web.letras.up.pt/smiguens/mlag/members/Tom_Witt_1.htm). [Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP]. Acesso em 28 nov. 2007.
76. Ibidem. Parte I, § 66. Citado por HEBECHE, Luiz. “Não pense, veja!”. Sobre a noção de “semelhanças de família” em Wittgenstein. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/veja.pdf>. Acesso em 28 nov. 2007. O autor é vinculado ao Depto. de Filosofia da UFSC.
77. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*, 4ª ed., p.52. Petrópolis:Vozes, 2005. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Obs: A tradução de Montagnoli possui pequenas diferenças ao texto citado.
78. ORWELL, George. *1984*. Parte II, IX. Obra em domínio público (1948). Disponível em [http://www.orwell.ru/library/novels/1984/english/en\\_p\\_2](http://www.orwell.ru/library/novels/1984/english/en_p_2) (inglês). Acesso em 28 nov. 2007.
79. GODARD, Jean-Luc (dir.). *Alphaville* (1965). DVD, capítulo 8. Rio de Janeiro e São Paulo: Continental Vídeo, [s.d.].
80. IGREJA CATÓLICA – Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. *Ética nas Comunicações Sociais*. São Paulo:Edições Paulinas, 2000. Texto disponível no sítio oficial do Vaticano, em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20000530\\_ethics-communications\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20000530_ethics-communications_po.html) (português). Acesso em 28 nov. 2007.
81. IGREJA CATÓLICA – Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. *Ética na Internet – Igreja e Internet*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Texto disponível no sítio oficial do Vaticano, em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20020228\\_ethics-internet\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_ethics-internet_po.html) (português). Acesso em 28 nov. 2007.

82. Fonte: Jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, de 03 abr. 1982 até 15 jun. 1982.
83. MORRE aos 80 o empresário Nascimento Brito. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 2003. Citado por Observatório da Imprensa. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp120220038.htm>>. Acesso em 28 nov. 2007.
84. LIVRO sobre as Malvinas confirma armas nucleares. *JB Online*, 27 jun. 2005. Internacional. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/extra/2005/06/27/e27061833.html>. Acesso em 28 nov. 2007.
85. MALVINAS: Argentina ratifica soberania 172 anos após ocupação britânica. *JB Online*, 03 jan. 2005. Internacional. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/extra/2005/01/03/e0301122.html>. Acesso 28 nov 07.
86. LIVRO brasileiro discute terrorismos. Campinas:LABJOR – Laboratórios de Estudos Avançados em Jornalismo, 14 set. 2006. Disponível em <[http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/noticias.php?id\\_article=331](http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/noticias.php?id_article=331)>. Acesso em 28 nov. 2007.
87. NAÇÕES UNIDAS. 61ª Assembléia Geral, 16 out. 2006. 6º Comitê, 5ª e 6ª Reuniões, GA/L/3299.
- Departamento de Informações Públicas – Divisão de Notícias e Mídia, 2006. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/gal3299.doc.htm>. Acesso em 28 nov. 2007.
88. LIVRO brasileiro discute terrorismos. LABJOR, Idem.
89. LIVRO brasileiro discute terrorismos. LABJOR, Idem.
90. Ibidem.
91. FIDALGO, Joaquim. “Água mole em pedra dura...”. *Público*, Lisboa, 13 mai. 2001. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/voz160520014.htm>>. Acesso em 28 nov. 2007.
92. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Código Internacional de Doenças*, 10ª ed. (CID-10), 2007. Item F65.4. Disponível no sítio oficial da OMS em <<http://www.who.int/classifications/apps/icd/icd10online/>> (em inglês, ICD-10). Acesso em 28 nov. 2007.
93. A expressão em inglês “or early puberty” tanto pode ser traduzida como “ou puberdade precoce” como “ou no início da puberdade”.
94. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). DSM-IV – Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders, 4ª ed., texto revisado, 2000. Pedofilia, 302.2. Disponível em <http://www.behavenet.com/capsules/disorders/pedophiliaTR.htm> (inglês). Acesso em 28 nov. 2007.
95. Idem. Disponível em <http://psikis.cl/portal/leer.php?cod=576> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
96. Idem. Disponível em [http://www.elamoresmasfuerte.com/3guardianes/1referencias03\\_DSMIV\\_10.htm](http://www.elamoresmasfuerte.com/3guardianes/1referencias03_DSMIV_10.htm) (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
97. ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA DA AMÉRICA LATINA (APAL). *Guía Latinoamericana de Diagnóstico Psiquiátrico* (GLADP), p.172. Pedofilia, código F65.4. Disponível (PDF) em <[http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/desastres/guia\\_latinoamerticana\\_diagn\\_psiq\\_gladp.pdf](http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/desastres/guia_latinoamerticana_diagn_psiq_gladp.pdf)> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.

98. Idem, p. 261, Pedofilia, código F65.4. Disponível (PDF) no sítio da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) em <[http://www.abpbrasil.org.br/departamentos/coordenadores/coordenador/noticias/imagens/guia\\_latinoamericano\\_do\\_diagnostico\\_psiquiatico.pdf](http://www.abpbrasil.org.br/departamentos/coordenadores/coordenador/noticias/imagens/guia_latinoamericano_do_diagnostico_psiquiatico.pdf)> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
99. BRASIL. Código Penal (1940). Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Artigos 218 e 225. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm). Acesso em 28 nov. 2007.
100. LUFT, Lya. *Pensar é transgredir*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.55.
101. LAVIGNE, Paula. Entrevista concedida à revista *Playboy*, ago./1998, pp.211-213. São Paulo: Abril, 1998.
102. PAULA e Caetano: Tão longe, tão perto. *Quem Acontece*. Edição 223, dez./2004. Disponível em <[http://revistaquem.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg\\_article\\_print/1,3916,877967-2157-1,00.html](http://revistaquem.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/1,3916,877967-2157-1,00.html)>. Acesso em 29 nov. 2007.
103. PAULA Lavigne: “Não podem tirar o nome de Caetano da minha vida”. *IG Gente*. 09 nov. 2004. Disponível em <[http://gente.ig.com.br/materias/2007/11/10/paula\\_lavigne\\_nao\\_podem\\_tirar\\_o\\_nome\\_de\\_caetano\\_da\\_minha\\_vida\\_1076272.html](http://gente.ig.com.br/materias/2007/11/10/paula_lavigne_nao_podem_tirar_o_nome_de_caetano_da_minha_vida_1076272.html)>. Acesso em 29 nov. 2007.
104. DANIELA Sarahyba – A caçulinha das veteranas. *Vêja Rio*, 26 set. 2001. *Gente*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/vejarj/260901/gente02.html>>. Acesso em 29 nov. 2007.
105. “DRIBLEI meu pai ciumento”. *Atrevida*, mai. 2002. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/simbolo/atrevida/0502/capa03.htm>>. Acesso em 29 nov. 2007.
106. MUSA Baba Baby. *IstoÉ Gente*, 13 mai. 2002. Disponível em [http://www.terra.com.br/istoegente/145/reportagens/kelly\\_key.htm](http://www.terra.com.br/istoegente/145/reportagens/kelly_key.htm). Acesso em 29 nov. 2007.
107. O EFEITO Anita. *Época*, 27 ago. 2001. Disponível no “Observatório da Imprensa” em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv290820018.htm>>. Acesso em 29 nov. 2007.
108. MORAIS, Fernando. *Chatô – O rei do Brasil*, 3ª ed., pp. 323-326, 329-330. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
109. Fontes: (1) EdnaPurviance.org, sítio oficial de Edna Purviance, atriz que contracenou com Chaplin em dezenas de filmes. Disponível em <http://www.ednapurviance.org/chaplininfo/chaplinwives.html>; (2) NetGlimse.com, sítio especializado em celebridades. Disponível em [http://www.netglimse.com/celebs/pages/charlie\\_chaplin/index.shtml](http://www.netglimse.com/celebs/pages/charlie_chaplin/index.shtml); (3) Hollywood.com, sítio de celebridades. Disponível em <[http://www.hollywood.com/celebrity/Charlie\\_Chaplin/199252](http://www.hollywood.com/celebrity/Charlie_Chaplin/199252)>. Todos os acessos em 27 março 2008.
110. A maioria dos biógrafos considera que a jovem começou a se relacionar com Picasso quando tinha 17 anos (ele 45), porém segundo o médico Dr. Herbert T. Schwarz (1988), também citado pelo autor William Rubin (1996), esta idade seria de 15 anos (ele 43). Fonte: RUBIN, William. *Picasso and Portraiture*. New York: Museum of Modern Art, 1996. p.339. Citada por “On-Line Picasso Project”. Disponível em <http://picasso.tamu.edu/picasso/BioIndex?Year=1927>. Acesso em 27 março 2008.
111. BRASIL. Código Penal (1940). Idem. Artigos 138, 139 e 286.

112. PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 106.

113. BUCCI, Eugênio e BASILE, Sidnei (Curadores). *Jornalismo Siliado* (DVD duplo), 1ª.ed.. São Paulo:Cultura Marcas & Log On Editora Multimídia, 2006. DVD nº 1, Capítulo “Imprensa, mercado e democracia”.

## **Resumo**

O artigo analisa a questão da verdade nas notícias produzidas pela mídia de massa, os diferentes conceitos de verdade, bem como algumas das variáveis que podem afetar a verdade no jornalismo, tais como a relação da verdade com o poder, com as técnicas de propaganda, ou com a hipocrisia e a vontade da maioria. O ensaio investiga ainda o papel da mídia, seu compromisso com a verdade e com os Códigos de Ética do jornalismo, as idéias de veracidade e verificabilidade e a possibilidade desta última ser feita pelo próprio leitor. Por fim, o artigo pesquisa alguns dos problemas gerados pela manipulação ou distorção de linguagem, com ênfase especial para as definições de terrorismo e de pedofilia, e sem esquecer de abordar as implicações éticas e jurídicas decorrentes do uso da mentira ao invés da verdade.

## **Palavras-chave**

Verdade; Jornalismo; Código de Ética; Mídia.

## **Abstract**

The article covers the issue of truth in the news produced by the mass media, the different concepts of truth, as well as some of the variables that may affect the truth in Journalism, such as the relation between truth and power, between truth and advertising techniques, and between truth, hypocrisy and the will of the majority. The essay also investigates the role of the media, its commitment to the truth and to the Codes of Ethics in Journalism, the ideas of veracity and verifiability and the possibility of this latter being done by the very reader. Finally, the article researches some of the problems generated by the manipulation or by the distortion of language, focusing especially on the definitions of terrorism and pedophilia, and not forgetting to address the ethical and legal implications that derive from using lies instead of using the truth.

## **Key-words**

Truth; Journalism; Code of Ethics; Media.